

A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E A NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL*

Werner Baer**

Primeiramente, farei alguns comentários a respeito da industrialização e do crescimento econômico do Brasil no passado. Nas décadas de 50 e 60, o Brasil baseou seu crescimento econômico na industrialização de substituição de importações, e esta foi, basicamente, a locomotiva que estimulou o crescimento econômico durante duas ou três décadas no País. Nessa época inicial da substituição de importações, muitos economistas achavam que o Brasil poderia declarar sua independência do resto do Mundo e isoladamente fazer seu próprio crescimento, sem uma grande dependência dos capitais internacionais e especialmente do comércio internacional. Contudo isso foi uma grande ilusão, porque a industrialização do Brasil mudou, não diminuiu, as relações com os demais países. Essa ênfase muito grande da substituição de importações e a negligência quase total durante a década de 50 das exportações resultaram, na década de 60, na diversificação do parque industrial interno. Mais ainda, essa negligência provocou, no início dos anos 60, uma dependência maior, de mais de 90%, nas exportações tradicionais. Como era óbvio que o Brasil não estava isolado do resto do Mundo, o País precisou, com a nova estrutura econômica, importar insumos para a indústria. Para tanto, era fundamental ao País criar uma nova fonte de renda e de divisas para financiar as importações necessárias ao funcionamento do novo parque industrial.

Com isso, o Brasil começou, na segunda metade da década de 60 e também na década de 70, a diversificar as suas exportações através de vários tipos de subsídios fiscais e creditícios. De certa maneira, essa política obteve um êxito enorme, pois, se considerarmos que, no final da década de 70 e início da década de 80, as exportações de produtos manufaturados já estavam na altura de 50%; hoje em dia, a exportação de produtos manufaturados é aproximadamente 60 a 65% do total das exportações.

* Palestra realizada no Auditório da FEE, em 15.08.90.

** Professor da Universidade de Illinois, EUA.

Outro grande sucesso do Brasil, além da diversificação de exportações de manufaturados, foi também a diversificação das exportações agrícolas. Como é sabido, especialmente aqui no Rio Grande do Sul, o Brasil, antes de 1970, quase não exportava soja. Hoje em dia, a mesma tem uma importância até maior do que o café. Outro fato surpreendente foi o surgimento da exportação de laranja, o que prova que o Brasil tem capacidade empresarial para aproveitar novas oportunidades no mercado internacional. Quando houve uma geada na Flórida, que causou grande escassez de produtos cítricos, o Brasil foi o país que mais rapidamente reagiu e aumentou suas exportações desses produtos, o que é um feito muito positivo na história econômica do Brasil, dos últimos anos.

Se analisarmos a crise que começou na década de 70 com o choque do petróleo em 1973, a reação do Brasil foi a de continuar o crescimento econômico, mas através do endividamento. As alternativas do Governo Geisel, que iniciou logo depois do primeiro choque do petróleo, eram ou diminuir a taxa de crescimento, a fim de transferir recursos para os exportadores de petróleo, ou tomar dinheiro emprestado para manter altas taxas de crescimento. O Brasil escolheu o segundo caminho, o qual, em comparação a outros países da América Latina, representou uma utilização mais produtiva dos recursos internacionais. Em outras palavras, o Brasil, salvo algumas exceções, utilizou, durante a década de 70, o endividamento para fazer investimentos em novas áreas de substituição de importações, especialmente em bens de capital, e também para aumentar a diversificação das exportações. Dessa maneira, pode-se dizer que o endividamento do Brasil na segunda metade da década de 70 é justificável, porque se você toma dinheiro emprestado para investir em novos setores de substituição de importações e em novos setores de exportações, esse tipo de investimento, a longo prazo, pode ser auto-eliminado; ou seja, uma vez concluído esse período, o Brasil tem novas condições de poupar divisas, e, de outro lado, de ganhar divisas através das novas áreas de exportações. Isso não aconteceu em muitos países; no endividamento da Argentina e do México, uma grande parte foi usada para financiar a fuga de capital. Tal processo não foi feito abertamente, mas, de fato, o tipo de financiamento, o tipo de política comercial e o tipo de política cambial que a Argentina seguiu resultaram em uma fuga de capital enorme durante essa década. Então, pode-se dizer que a contrapartida do endividamento da Argentina tem pouco a mostrar; o mesmo, para o México. A fuga de capital na segunda metade dos anos 70 e início dos 80 no Brasil foi relativamente pequena.

O problema aqui enfrentado foi o segundo choque do petróleo e especialmente o choque da taxa de juros. Como é notório, a taxa de juros aumentou brutalmente em 1979, 1980 e 1981, forçando o Brasil e outros

países a tomarem dinheiro emprestado não para investir, mas para pagar a taxa de juros mais alta. Daí, houve, então, o crescimento massivo do endividamento externo para simplesmente financiar o serviço da dívida num patamar muito mais alto do que no passado. Esse foi o resultado não de uma política criada por parte do Brasil, mas basicamente da conjuntura internacional que o forçou a seguir esse caminho. Dessa maneira, acho que a crise da dívida externa, que começou no início da década de 80, foi, em grande parte, causada pelo comportamento dos países desenvolvidos, dos países credores, que, através de suas políticas que resultaram no choque da taxa de juros, causaram a crise da dívida externa do Brasil e de muitos outros países da América Latina.

Qual foi, então, a reação do Brasil e do resto da América Latina a essa crise? A reação, parcialmente voluntária, parcialmente imposta pelo FMI, foi, basicamente, a de seguir programas econômicos que resultaram numa queda brutal da taxa de crescimento — de fato, durante dois ou três anos, a taxa de crescimento "per capita" brasileira foi negativa, e, durante toda a década de 80, a famosa década perdida, teve-se uma situação de baixas taxas de crescimento. E, através dessa política, caiu a taxa de investimento — a taxa de investimento do Brasil na metade da década de 70 foi entre 22% e 25% do PIB, caindo, na década de 80, para 16% ou 17%. Quer dizer, a taxa de renovação, de modernização da economia brasileira, pára durante a década de 80. Por quê? Se julgarmos todas as medidas voluntárias e involuntárias impostas pelos credores e pelo FMI, houve uma política recessiva de diminuição dos investimentos, que, com isso, reduziu a taxa de crescimento. A posição dos países credores foi de que o Brasil e os "brasis" da América Latina deveriam continuar pagando o serviço da dívida, qualquer que fosse a taxa de juros internacional.

Para continuar a pagar o serviço da dívida externa, o País teria que produzir "superavits" comerciais. Nos primeiros dois ou três anos da década de 80, foi impossível aumentar a receita das exportações, porque o Mundo estava numa recessão bem profunda, com queda nos preços das matérias-primas e queda do mercado para produtos manufaturados. Desse modo, foi muito difícil para o Brasil e outros países da América Latina aumentarem ou continuarem aumentando a taxa de crescimento das suas exportações. Então, sendo preciso produzir um "superavit" comercial e não sendo possível aumentar rapidamente as exportações, a única maneira de produzir um "superavit" comercial foi através da queda das importações. Como é sabido, tal queda foi fantástica na década de 80. O Brasil, em 1980 e 1981, importou aproximadamente US\$ 21 bilhões por ano, e isso caiu para US\$ 13 bilhões em meados da década de 80. Essa queda fantástica manteve-se no patamar de US\$ 15 ou US\$ 16 bilhões até o ano passado, quando novamente começou a crescer.

O que explica essa redução? Parcialmente, ela é devida à substituição das importações no setor de bens de capital desde a década de 70; é um resultado dos investimentos feitos naquele período. Mas essa queda está também relacionada à baixa taxa de crescimento e especialmente à grande queda dos investimentos, porque o conteúdo das importações em equipamentos de investimento é uma das variáveis fundamentais que determinam o nível das importações. Desse modo, para produzir um "superavit" comercial, o Brasil foi forçado a seguir uma política de contenção das importações, para depois utilizá-lo para pagar o serviço da dívida. Daí poder-se dizer que o Brasil foi forçado, através dos credores, do FMI e de outras instituições, a fazer uma política recessiva, uma política de baixo investimento, para assegurar a receita dos juros, para proteger os interesses dos bancos.

Pelo tom como interpreto tudo isso, vocês podem ver que eu fico bastante crítico. A idéia de que os pecadores foram os países endividados, os "brasis" (Brasil, Argentina) e de que os "bonzinhos" são os banqueiros, que sempre estiveram prontos a fornecer empréstimos, tudo isso, acho muito injusto. Os bancos, na década de 70, ganharam muito dinheiro, tinham os "petrodólares" e os emprestaram a um ou dois pontos acima da "libor". E não somente isso. Os grandes bancos, quando arranjaram os "empréstimos-jumbo" — para o Brasil e outros países — receberam comissões. Então, também obtinham uma taxa de retorno enorme na América Latina. Portanto, lucraram, pois estavam interessados em endividar a América Latina para obter grandes lucros. Na década de 70, vem a crise, que não é de responsabilidade de um país como o Brasil; mas o Brasil tem que pagar para proteger os interesses dos bancos. Isso é uma coisa que acho injusta e, a longo prazo, não faz nenhum sentido.

Não obstante isso, o Brasil e países como ele enfrentaram uma situação ainda pior de um outro lado. Tendo o País sido forçado, nas circunstâncias internacionais, a produzir um "superavit" comercial, diminuindo as importações e também aumentando as exportações — esforço feito pelo Brasil sobretudo a partir de 1984 até 1987, excetuando-se 1986, em razão do "Cruzado" —, estas, devido aos incentivos, cresceram a uma taxa bastante satisfatória. Entretanto, nos últimos três ou quatro anos, ocorreu uma reação muito contraditória dos países credores, inclusive dos Estados Unidos: começaram a se queixar dos grandes "superavits" do Brasil. Em outras palavras, vários setores da economia americana, algumas indústrias que estão sofrendo as incursões das exportações brasileiras, como os setores de aço e de calçados, estão se queixando de que a concorrência do Brasil, da Coreia e de outros países não é justa, especialmente de um país como o Brasil, que está usando subsídios para as exportações, subsídios de crédito, fiscais,

que são violações às regras do GATT. Por conta disso, pedem a extinção dos subsídios, ou a retaliação por parte dos Estados Unidos. Outros setores da indústria americana queixam-se, nos últimos anos, de que o Brasil e o resto da América Latina têm barreiras enormes, e eles não conseguem vender seus produtos. Reclamam que, se os brasileiros querem vender seus produtos no mercado americano, também precisam ter acesso ao mercado brasileiro. Reclamam dos governos dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e do Japão um esforço para convencer ou forçar o Brasil a baixar suas barreiras alfandegárias e outras não alfandegárias para as importações. A posição de muitos países credores, inclusive dos Estados Unidos, portanto, é a seguinte: de um lado, exigem o pagamento do serviço da dívida, de outro lado, a redução das barreiras às importações e a eliminação dos subsídios às exportações. Essa afirmação soa contraditória, porque, se, de um lado, exige-se que o Brasil pague em dia o serviço da dívida, de outro, é preciso que o Brasil produza um "superavit" comercial. De onde viria o dinheiro? Ao se exigir que o Brasil importe mais e acabe com os subsídios para as exportações, isso implica o desaparecimento ou a diminuição do "superavit" comercial. E se o "superavit" comercial desaparecer, como o Brasil vai continuar pagando em dia o serviço da dívida? De fato, se o Governo americano ou o japonês defender os interesses da indústria, deve acabar com a insistência do pagamento da dívida externa. Se, porventura, os interesses financeiros forem mais importantes, não se poderá pressionar o Brasil a acabar com a política protecionista. O Governo americano deve fazer uma escolha a respeito da sua política "vis-à-vis" ao Brasil e ao resto do Mundo.

O que estou fazendo é uma crítica aos países credores, porém isso não significa que o Brasil é inocente, e os únicos "monstros" são os países credores, os países industrializados. Acho que chegou o momento de o Brasil mudar a sua mentalidade de subdesenvolvido. Quando começou a se industrializar, tinha condições de exigir o direito de construir uma barreira para as importações, de fazer substituição de importações e de exigir que os Estados Unidos aceitassem seus produtos. Hoje, contudo, depois de algumas décadas de substituição de importações, de protecionismo, as indústrias brasileiras deveriam enfrentar a concorrência internacional. Como o Brasil já está exportando uma quantidade bastante grande de produtos manufaturados, não pode ele simplesmente querer que, durante a próxima década, os Estados Unidos, a Europa e o Japão aceitem seus produtos e que tenha o direito de excluir uma grande parte das exportações dos países industrializados. Em outras palavras, o Brasil, hoje em dia, é um país economicamente muito mais maduro do que há 20 ou 25 anos atrás. E se é um país industrialmente mais maduro, tem que ter reciprocidade; se o Brasil quer um lugar permanente nas exportações de produtos siderúrgicos, de aviões ou de

sapatos, deve dar uma chance aos outros países industrializados de, através das suas exportações, conquistarem um lugar ao sol dentro da economia brasileira. Nas lojas americanas, os produtos vendidos vêm de todo o Mundo; aqui no Brasil, até a política do Collor, basicamente 90 a 95% dos produtos eram da indústria brasileira. A despeito das considerações sobre a dívida externa, essa atitude do Brasil tem que mudar.

É muito saudável a discussão que está se fazendo hoje a respeito dos oligopólios no Brasil e sobre a política industrial brasileira de baixas barreiras alfandegárias, necessárias para aumentar a concorrência. Não há dúvida de que no Brasil existe, em muitos setores industriais, uma predominância de três ou quatro empresas. A proteção para alcançar a substituição de importações resultou em uma estrutura industrial bastante oligopolizada. A longo prazo, isso não foi benéfico para o Brasil, porque, uma vez que existe uma barreira, um mercado fechado, e apenas uma meia dúzia ou menos de empresas, oligopólios, que dominam o mercado, tem-se uma situação que pode produzir ou contribuir para a famosa inflação inercial. Isto é, pelo comportamento das empresas, cada vez que aumentam os salários ou os custos de energia, em vez de se fazer um esforço de aumentar a produtividade, tudo é repassado aos consumidores, aumentando-se os preços. Nos últimos 10 ou 15 anos, esse foi o comportamento de muitas indústrias brasileiras, de muitos oligopólios, ou seja, simplesmente repassar tudo e não fazer um esforço de aumento de produtividade. Esse comportamento é clássico de oligopólios em todo o Mundo: se existe um poder dos oligopólios, se não há uma lei antitruste e estes podem atuar em conjunto, há a minimização do ritmo de introdução de uma nova tecnologia nas suas empresas. Isto porque uma nova tecnologia implica custos — ou se compra tecnologia do Exterior, ou é preciso investir em pesquisa internamente a um custo muito grande —, mas, se não há nenhuma pressão de mercado para se fazer isso a curto prazo, por que fazê-lo? Se o mercado é protegido e não há concorrência, então é possível maximizar os lucros a curto prazo, simplesmente negligenciando a introdução de novas tecnologias.

Dessa forma, pode-se argumentar que um país que quer a competitividade adota um país que quer aumentar a competitividade, porque isso vai mudar o comportamento de muitas empresas oligopolísticas, nesse caso, dentro do Brasil. A idéia básica do Governo Collor de diminuir as barreiras alfandegárias e de introduzir a concorrência internacional é muito benéfica. No entanto, para se alcançar isso, é preciso resolver o problema da dívida externa do Brasil e da América Latina. Em outras palavras, estou a favor de abrir o mercado, a favor de maior

concorrência para o Brasil, mas, para atingir isso, é preciso resolver o problema da dívida externa, porque sem isso não é possível aumentar as importações, diminuir o "superavit" comercial para modernizar a economia brasileira. Pode-se dizer até que o problema da dívida externa atrapalha ou dificulta essa política de maior abertura da economia brasileira.

Além desses, existem alguns outros desafios interessantes da conjuntura internacional. Um deles é a Europa/92. Hoje em dia, em todo o Mundo, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, discute-se a Europa/92 — quando vão acabar todas as barreiras entre os países europeus e quando vai haver um movimento totalmente livre de bens de capital e de mão-de-obra. O problema é saber o que muitos latino-americanos estão se perguntando, inclusive os brasileiros; qual é a implicação disso para a América Latina, para o Brasil? Infelizmente, penso que, a curto e médio prazos, as notícias não são necessariamente boas para o Brasil e para a América Latina, porque as regiões subdesenvolvidas ou em desenvolvimento que mais irão se beneficiar serão as áreas periféricas da Europa, como Portugal, Espanha, Grécia e talvez a Turquia. Eles serão os lugares onde muitas empresas multinacionais, tendo em vista a mão-de-obra mais barata, irão investir para ter acesso ao grande novo mercado europeu. Outros países periféricos que talvez sejam preferidos são as ex-colônias britânicas e as francesas. Desse modo, não vejo, a curto e mesmo a médio prazos, que o Brasil e a América Latina possam ter um lugar de destaque dentro dessa Europa/92, e é bem possível que isso afete negativamente o Brasil. Negativamente, porque os grandes investimentos multinacionais vão ser atraídos para esse novo mercado. O capital internacional vai se interessar por ele. Além disso, se incluirmos a necessidade de capital da Europa Oriental e talvez a sua incorporação à Europa/92, mais uma vez o lugar da América Latina não será de primeira importância. Quanto ao Japão, duvido que ele tenha muito interesse na América Latina, oficialmente, sim, mas, de fato, não tem. O interesse japonês é fortalecer sua predominância no grande mercado asiático, especialmente com investimentos na Tailândia, Indonésia e talvez agora na China — depois dos boicotes mundiais à China pelos acontecimentos do ano passado, o Japão é o país mais ansioso a retomar os negócios com aquele país. E, como é sabido, os japoneses não são muito sentimentais: apesar do fato de a população nissei no Brasil ser muito grande, isso não vai influenciar muito os japoneses; um bom exemplo é o caso do Presidente Fujimori, do Peru, que, depois de eleito, fez uma viagem ao Japão, imaginando que um japonês presidente de um país latino-americano obteria capitais especiais, voltou de mãos vazias — sentimentalismo não conta muito para os japoneses.

A implicação disso para o Brasil é a possibilidade de um mercado no hemisfério oeste, talvez algo nas linhas do Plano Bush. O Presidente americano anunciou, há dois meses atrás, a possibilidade de um grande mercado, não somente uma integração que já está acontecendo entre o Canadá e os Estados Unidos, mas também incluindo o México e, depois, segundo a sugestão do Presidente, os grandes países da América do Sul. Essa é uma possibilidade interessante dentro dessas novas tendências de grandes agrupamentos de países. Talvez uma nova grande área poderia ser a integração verdadeira do hemisfério oeste. No entanto em que condições isso pode acontecer não está claro. A declaração do Presidente Bush é bastante vaga, e a possibilidade de obter recursos não parece muito boa, porque ele prometeu US\$ 300 milhões, mas a contribuição dos EUA seria só de US\$ 100 milhões, e isso é nada quando se considera a dívida externa da América Latina de US\$ 450 bilhões. Mas, pelo menos, é o início de uma idéia, e, dentro dessa idéia, seria interessante para o Brasil negociar. Ou seja, os EUA estão interessados no grande mercado do hemisfério ocidental, mas em que condições? Quais serão os benefícios para eles e para o Brasil? E dentro desse ambiente, qual é a possibilidade de resolver o problema da dívida externa?

No novo panorama mundial, o papel das multinacionais é fundamental para o crescimento do Brasil na próxima década. Com os recursos e tecnologias multinacionais, o Brasil talvez possa reconquistar um lugar de mais destaque no Mundo. Mas, para isso, é preciso que o Brasil olhe os fatos como eles são. O interesse do mundo das multinacionais, do mundo capitalista, é na Europa; a Europa Ocidental, na possibilidade de investir na Europa Oriental e também na China e no mundo asiático. Dessa forma, existe uma grande concorrência para recursos escassos. Diante disso, o pessoal nacionalista da esquerda tradicional brasileira tem que mudar de retórica. A continuar a atitude dos últimos 30 anos de velhos chavões como "o petróleo é nosso", "o minério é nosso", "todos que querem investir no Brasil desejam explorá-lo", "devemos vigiá-los, eles podem entrar, mas os controlaremos de uma maneira estreita, com muitas restrições", as multinacionais irão tratar de seus negócios na Europa e na Ásia, deixando o País independente e sem o seu capital. Isso não significa entregar tudo, pelo contrário, o que se quer é receber. É preciso estudar como se pode convencer a Siemens, da Alemanha, a Ciba-Geigy, da Suíça e a Mitsubichi do Japão — propositadamente mencionando grandes multinacionais não americanas — do por quê vale a pena investir a longo prazo na economia brasileira; é necessário expor uma imagem positiva, não uma imagem nacionalista com condições estritas de entrada e fiscalização sufocante.

Outro ponto que se deve observar são as novas condições do comércio internacional. Hoje em dia, o comércio internacional é muito mais uma transação de produtos semi-acabados; uma crescente porcentagem dele é de componentes que vão de uma fábrica da mesma empresa, digamos, do Brasil, para outra fábrica no Canadá. Em outras palavras, as multinacionais têm fábricas em todo o Mundo e têm uma divisão de trabalho entre as várias fábricas que possuem espalhadas pelo Mundo, e isso é o que chamo de verticalização do comércio internacional. Existe um movimento de produtos semi-acabados dentro da mesma empresa, através de fronteiras internacionais. Um exemplo brasileiro é o da Ford, que produz motores aqui para exportá-los aos EUA. Esse é o tipo de divisão do trabalho que está crescendo, diferentemente da década de 50, da substituição de importações, quando a Volkswagen foi convidada para vir ao Brasil para atender ao mercado brasileiro. Hoje, o mercado é mundial, e a questão é saber que tipo de produção, de especialização, o Brasil pode oferecer às multinacionais dentro desse ambiente de verticalização da divisão de trabalho internacional.

Outro ponto fundamental para o Brasil é o de muito mais investimento em pesquisa e desenvolvimento. Essas atividades ainda são muito pequenas no Brasil. Felizmente, segundo algumas notícias, parece que está sendo cogitado em desenvolver um programa de incentivos fiscais para aumentar o esforço de pesquisa e desenvolvimento por parte de empresas privadas dentro do País. Isso é muito importante, porque no Brasil não há, com algumas exceções, uma tradição de pesquisa e desenvolvimento dentro da indústria, isto porque, como existe um mercado protegido e sem concorrência, não há a necessidade de buscar a fronteira da tecnologia.

Outro aspecto fundamental que merece ser estudado, sob toda essa retórica nacionalista da proteção do mercado, da reserva do mercado, é o que foi possível fazer no campo da informática. Basicamente, foram fundadas empresas brasileiras que simplesmente copiaram coisas de fora, não fizeram modificações básicas, estruturais, na informática para desenvolver uma tecnologia. Portanto, é fundamental uma mudança da atitude do empresário brasileiro em gastar uma quantia substancial dos seus recursos em tecnologia moderna, que talvez só a médio e longo prazos possa ser aplicada no mercado. Além disso, é importante uma mudança na atitude do sistema educacional, porque o lugar onde também se pode fazer pesquisa na fronteira do conhecimento é nas universidades. Mas, como é sabido, as universidades aqui não funcionam bem, porque são instituições superburocratizadas. Então, se o Brasil quer produzir em química, em física, em várias áreas de engenharia, nova tecnologia que pode ser vendida, é preciso meia dúzia ou mais de centros de pes-

quisa de excelência, onde se possam empregar brasileiros regressando do Exterior com doutorado em química, em física, pagando a eles um grande salário — não o salário que todos os professores ganham no Brasil, mas um salário que assegure a permanência deles no País—, depois, providenciar para que eles recebam os materiais de laboratório onde possam fazer experimentos. Infelizmente, é minha impressão, quando as pessoas voltam doutoradas nessas áreas e querem se integrar de novo na universidade, primeiro existe a ciúmeira tradicional, burocratizando-lhes e minando-lhes as atividades, até que elas, desencorajadas, partam para outros países, contribuindo para o desenvolvimento da sua tecnologia. Se, porventura, o Rio Grande do Sul fosse designado o grande centro de excelência, recebendo muito mais verbas, então o Ceará, a Paraíba, etc. se apoiariam por meio da politicagem tradicional, burocrática, que está minando a possibilidade de as universidades brasileiras de fato, produzirem cientistas de destaque. É claro que existem exceções: a Politécnica de São Paulo, o ITA, e mesmo eles têm problemas de verbas. Então, é fundamental criar ambientes e, depois, com esses centros de excelência, ligá-los à indústria e aumentar a colaboração, produzindo nova tecnologia que possa ser incorporada à indústria brasileira.

Fora disso, há que considerar o sistema educacional em geral. O segredo da Alemanha e do Japão, destruídos em 1945, foi uma população educada, quase nenhum analfabetismo, a maioria dos trabalhadores com 10 anos ou mais de investimento educacional, enfim uma sociedade que tinha uma coisa fundamental: capital humano. Por que se tem um desenvolvimento com uma distribuição de renda nessas sociedades muito mais igualitária que no Brasil? Em suma, porque grande parte da população tem recursos humanos, capital humano, bem avançados, que podem absorver nova tecnologia. O Brasil tem uma população muito talentosa, mas o problema é o sistema educacional vergonhoso. É uma vergonha, porque se há oficialmente um sistema de educação gratuito, há escolas públicas, mas, como se sabe, na maior parte do País, com algumas exceções, uma boa família burguesa não manda os filhos para a escola primária ou secundária do Estado, porque a educação que eles recebem nesses estabelecimentos é muito deficiente: em muitas escolas, mesmo os professores têm talvez um ou dois anos de preparação profissional. As pessoas pagam e mandam os filhos a uma escola privada e, depois de estes concluírem nela o secundário, pagam um cursinho. Esses filhos da burguesia têm acesso à educação superior, especialmente às universidades federais, que são gratuitas. As classes privilegiadas, com algumas exceções, podem, através do sistema privado, obter a educação primária e a secundária para depois receberem educação gratuita a nível superior. E cada vez que há uma sugestão de que os "filhinhos" da burguesia de-

veriam pagar uma pequena anuidade para melhorar o sistema educacional superior, há greve. Isso não pode acontecer! "Temos o direito de receber educação superior gratuita", é o que dizem. É uma coisa totalmente surpreendente, não há coerência. O que deveria acontecer é uma melhora substancial no nível de educação em todos os níveis no Brasil, especialmente no primário e no secundário, se o Brasil quer, de fato, aumentar a capacidade de absorver tecnologia, produzir tecnologia e também criar as bases de uma distribuição de renda muito mais igualitária. Hoje em dia, a sociedade brasileira é urbana (aproximadamente 70%), e a desigualdade de classes que existe nela não é fruto da má distribuição da terra. Não sou contrário à reforma agrária, que é necessária em várias partes do País, mas essa não é a raiz do problema. A raiz é muito mais a organização educacional e institucional urbana que existe hoje.

Depois destas críticas, gostaria de fazer uma sugestão de como aliviar as coisas para o Brasil dentro do contexto de industrialização e comércio.

Eu gostaria de ver um aumento substancial das importações brasileiras, um aumento do comércio, penso que o Brasil não pode se dar ao luxo de continuar com grandes "superávits" comerciais. Uma concorrência internacional seria saudável para o saneamento da indústria brasileira. Contudo isso implica uma diminuição substancial do "superavit" comercial, e como pode o Brasil se dar ao luxo de diminuir seu "superavit" sem uma diminuição rápida da carga da dívida externa? Finalmente, alguns países credores, na liderança os Estados Unidos, estão reconhecendo que a carga da dívida externa que existe hoje em dia inviabiliza a possibilidade de crescimento econômico e a retomada do investimento da América Latina. Por isso, julgo que a filosofia do Plano Brady é uma visão positiva; infelizmente, é um plano geral, com pouca capacidade — alguns dizem que o Plano Brady é o tipo de negociação que o México fez recentemente com os EUA, do que duvido. As linhas gerais estão lá, mas não há nenhuma política específica. Não obstante existem outros políticos, por exemplo, o Senador Bradley, de New Jersey, que já há anos reclama uma solução para a dívida da América Latina.

Apresento, a partir disso, o meu plano, que é tão simples que pode parecer inacreditável a sua realização.

A América Latina tem uma dívida de US\$ 450 bilhões, sendo que cerca de US\$ 100 bilhão é para organizações oficiais. A dívida com os bancos privados é de cerca de US\$ 250 bilhões; no Brasil é de aproximadamente US\$ 60 bilhões. A idéia é a seguinte: os países credos-

res, através dos seus governos, promovem uma organização cujo papel, primeiro, seria comprar a dívida dos bancos privados, que retiram de sua carteira de investimentos essa dívida "chata" da América Latina, depois, uma vez que a dívida está em mãos dessa nova organização, a organização oficial dos países credores vai negociar com cada país devedor da América Latina, da seguinte maneira. Digamos com o Brasil: o Brasil estaria livre de toda sua dívida externa durante uma década. Portanto, durante 10 anos o Brasil não pagaria nenhum tostão nem em juros, nem em amortizações. Somente depois desse período é que começaria a pagar alguma taxa de juros para essa organização, um juro relativamente subsidiado. Somente após 20 anos, recomençaria a pagar alguma amortização, que poderia ser paga 50 ou 60 anos depois. É um tipo de Plano Marshall. E por quê? Porque, uma vez que o Brasil está livre e não precisa usar US\$ 10 ou US\$ 11 bilhões por ano no serviço da dívida, esses recursos poderiam ser aplicados em projetos de investimentos, e mais uma vez o País poderia aumentar a sua taxa de investimento. Isso resolveria o problema do Brasil e de outros países da América Latina, que poderiam crescer de novo. Também ajudaria os Estados Unidos, a Europa e o Japão, países credores, porque, se o Brasil gastar esses US\$ 11 bilhões nas importações de equipamentos que vêm desses países, eles vão aumentar suas exportações, o que seria um benefício aos trabalhadores americanos, etc.

Basicamente, esse é o plano, o plano perfeito: resolve o problema dos bancos, que estão livres da dívida; resolve o problema de crescimento do Brasil; e resolve o problema das exportações americanas. Mas de onde viria o dinheiro para comprar a dívida? Será que o pagador de impostos dos Estados Unidos ou do Japão está pronto a pagar mais imposto para comprar essa dívida? O ponto é que eu não mencionei impostos, nem acredito em imposto nesse caso. Essa organização internacional seria uma entidade cujos recursos sairiam dos bancos centrais dos EUA, do Japão e da Europa. Legalmente, a única instituição em cada país que pode criar dinheiro do nada é o Banco Central. Então, o Federal Reserve, o banco central dos EUA, pode criar, do nada, dólares; o Deutsche Bundesbank pode criar, do nada, novos marcos; o Banco Central do Japão pode criar, do nada, ienes. Dessa forma, a organização recebe esse dinheiro da criação de moeda para comprar a dívida.

Contudo os monetaristas podem dizer que isso é inflacionário. Isso implica a criação de um montão de dinheiro, que vai gerar uma nova inflação mundial. É uma loucura total. Mas não é! Se a dívida a ser comprada é de cerca de US\$ 250 bilhões, então os bancos, que também são pecadores e responsáveis pela bagunça que existe hoje em dia, receberão o pagamento parcelado, 10 parcelas a cada ano; durante 10

anos, recebem um décimo dessa dívida. Isso já baixa a criação de dinheiro de US\$ 250 bilhões a somente US\$ 25 bilhões. E, depois, como existe um mercado secundário onde há um desconto muito grande da dívida externa, pode-se pagá-los com um desconto de 30 a 40%.

Essa atitude significa que a nova moeda criada pelos bancos centrais somaria somente US\$ 18 ou US\$ 20 bilhões. Tomei, segundo cálculos que fiz, US\$ 20 bilhões como porcentagem do M1, da base monetária dos países credores. Tomando-se os M1 do Japão, dos EUA, do Canadá e da Europa somados, os US\$ 20 bilhões como porcentagem disso é menos de 1%, ou seja, o aumento na criação de dinheiro, por ano, seria menos de 1%. De modo algum isso é inflacionário. Na minha opinião, este meu plano não tem falhas. A única coisa que se poderia contra-argumentar é sobre qual a segurança de que um ministro da economia no Brasil não vá usar esse dinheiro de maneira errada? Qual a segurança de que alguém que esteja no ministério não vá usar esse dinheiro de maneira politicamente vantajosa ou ineficiente? Nesse caso, essa organização internacional poderia exigir de cada país como o Brasil um plano de desenvolvimento, a forma como esses recursos serão aplicados durante uma década. Depois, essa organização pode mandar, a cada ano, uma comissão para monitorar e conferir a boa aplicação desses recursos, sob pena de todo esse plano ser desfeito. Desse modo, se poderia assegurar que o plano estaria sendo utilizado de maneira positiva, sob o ponto de vista do crescimento econômico.

Finalmente, poderiam argumentar que sou um idealista, que esse plano, embora faça muito sentido, no mundo real, no mundo da política internacional, nunca será aceito. Infelizmente, talvez isso seja verdade. Nos governos e nas instituições internacionais, as pessoas não têm imaginação, gostam da rotina e não querem mudar as regras do jogo. Lamentavelmente, o plano de Bretton-Woods — que criou o Banco Mundial, que durante 20 anos depois da Segunda Guerra Mundial funcionou bem —, quando foi apresentado no início da década de 30 (início da depressão mundial), durante a conferência internacional para enfrentar a depressão mundial, foi rejeitado, só tendo sido aceito em 1945. Foram precisos uma década de pressão e a Segunda Guerra Mundial para convencer os poderes econômicos e as instituições internacionais e nacionais a mudarem as regras do jogo. Não quero dizer que sejam necessárias uma guerra e uma depressão para que meu plano seja aceito, mas, talvez, a conjuntura internacional seja tal — e isso é posição de cientista político e não de Economia — que se torne necessário criar situações para forçar os países credores a aceitarem idéias diferentes. Uma possibilidade seria — um pecado, se dito em alguns círculos do Governo americano — o cartel dos devedores. Se a Argentina, o Bra-

sil, o Peru e o México, conjuntamente, dissessem que não pagavam um tostão da dívida até que se negociasse uma saída, talvez isso fosse um novo tipo de plano. Infelizmente, isso não está acontecendo. Uma coisa interessante é que os bancos defendem os comitês dos bancos, os credores podem fazer um cartel para negociar, então por que não os devedores? Além disso, os países da América Latina não sabem colaborar: o México, por exemplo, que agora fez um acordo, diz que está separado, diz que os brasileiros são bagunceiros, não sabem negociar, diz que não quer negociar porque tem agora o seu novo pacto. Há alguns anos, o Brasil estava fazendo um acordo interessante, então já não era mais latino, tinha uma relação especial com os Estados Unidos e a Europa e era preferível negociar bilateralmente. Ou vice-versa: quando o Brasil declarou a moratória oficial em 1987, os bancos e o FMI foram logo à Argentina e ao Chile para fazer acordos relativamente favoráveis a eles e simplesmente isolar o Brasil. E obtiveram um êxito fantástico; o País ficou, de fato, isolado. Não estou dizendo que seja necessário usar sempre táticas maquiavélicas, mas penso que o meu tipo de plano só seria viável se fosse possível criar condições onde os credores estariam prontos a negociar.